

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.063.510 - SP (2017/0045694-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ZANINI INDUSTRIA E MONTAGENS LTDA
ADVOGADO : FÁBIO MESQUITA RIBEIRO E OUTRO(S) - SP071812
AGRAVADO : L A M - SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADOS : ERNESTO DE OLIVEIRA JUNIOR - SP075180
FÁBIO MOYSES KROLL - SP258121
DEBORA CAROLINA FERREIRA - SP299273

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ZANINI INDUSTRIA E MONTAGENS LTDA, contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no art.105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 217, e-STJ):

Prestação de serviços. Pagamento parcial do débito. Ação de cobrança julgada procedente. Apelação da ré. Preliminar de cerceamento de defesa e inépcia da inicial. Afastadas. Repetição da tese inicial. Falta de demonstração de pagamento efetuado. Alegação de que eventual débito restante deve ser cobrado de terceira empresa. Descabimento. Pedido de redução dos honorários advocatícios. Cabimento. Sentença parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido.

Em suas razões recursais (fls. 226/249, e-STJ), a recorrente aponta ofensa aos artigos 282, inciso III, 333, incisos I e II, 397, 462 e 517 do Código de Processo Civil/73; 5º, inciso LV da Constituição Federal. Sustenta, em síntese: i) inércia da inicial em razão do não preenchimento dos requisitos essenciais; ii) cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide, com a consequente impossibilidade de produção de prova oral.

Sem contrarrazões (fl. 252, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 253/254, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) não foi demonstrada a alegada vulneração ao dispositivo arrolado; ii) incidência da Súmula 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 257/276, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a insurgente refuta os óbices aplicado pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fl. 278, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. No que concerne à alegada inépcia da petição inicial ante a ausência dos requisitos essenciais para a propositura da ação, assim se manifestou a Corte de origem, *in verbis* (fls. 218/219, e-STJ):

Igualmente, não há que se falar em inépcia da inicial por falta de fundamentação do pedido e de interesse de agir. O pedido da apelada é fundamentado no contrato de prestação de serviços de interligação em tubulações industriais (fls. 11/25), e não foi impugnado pela apelante.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria o reexame da matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual é manifesto o descabimento do Recurso Especial.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE LIMITE DE CRÉDITO. PROVA PERICIAL DISPENSADA PELO EXECUTADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÕES DE ILEGITIMIDADE DA PARTE E INÉPCIA DA INICIAL AFASTADAS PELA CORTE LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. EXTINÇÃO DO AVAL OU DECADÊNCIA DA GARANTIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

3. As conclusões do Tribunal estadual acerca da legitimidade passiva do recorrente, inépcia da inicial e excesso de execução, foram afastadas a partir da análise das premissas fáticas do acórdão recorrido. Incide a Súmula nº 7 do STJ.

4. A fundamentação deficiente que não impugna, de forma adequada, os termos do decisório agravado, atrai a Súmula nº 284 do STF.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 634.457/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 25/09/2017)

2. No tocante a ocorrência de cerceamento de defesa, o Tribunal local assim concluiu (fls. 218/219, e-STJ):

De imediato afasto a preliminar de cerceamento de defesa.

A prova oral se mostra inócua para comprovar o pagamento pleiteado, já que dependente exclusivamente de prova documental, que não veio aos autos. No que toca ao pedido de prova pericial, anoto ser ele genérico, sem qualquer valor apresentado pela apelada para impugnar o quanto cobrado na inicial.

(...)

Ademais, não se verifica cerceamento de defesa no indeferimento de abertura de instrução, já que os autos contêm todos os elementos necessários ao julgamento, mostrando-se desnecessária e protelatória a produção de outras provas.

Como se vê, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que cabe ao juiz decidir sobre a produção de provas necessárias, ou indeferir aquelas que tenha como inúteis ou protelatórias, de acordo com o art. 130 do CPC/73 (art. 370, CPC/15), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória, notadamente quando as provas já apresentadas pelas partes sejam suficientes para a resolução da controvérsia.

O Tribunal local, após a análise do conjunto probatório constante dos autos, considerou que se insere no poder de livre apreciação da prova do magistrado decidir

sobre a necessidade da produção de provas. Rever tal entendimento demandaria o reexame do contexto fático probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA FINANCEIRA. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS *AD EXITUM*. PRODUÇÃO DE PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Segundo jurisprudência do STJ, ao juiz, como destinatário da prova, cabe indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Incidência da Súmula 7 do STJ.
2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame da divergência, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.
3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.044.194/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017) [grifou-se].

Desta forma, para acolhimento da pretensão recursal e alteração das conclusões das instâncias ordinárias, seria necessário o reexame do contexto fático e probatório dos autos, providência esta vedada pela Súmula 7/STJ.

3. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator